



## Emenda impositiva destinada pela Câmara transforma realidade de crianças atendidas pela ADIFI



3

Foto: Christian Rizzi

**Lei do “Meu primeiro emprego” incentiva contratação de iniciantes no mercado de trabalho**

2

**Criação de polo gastronômico e cultural da Vila Yolanda está sob análise das comissões**

4

**Vereadores aprovaram referências salariais aos profissionais da educação básica municipal**

5

# Autismo: Projeto que regulamenta banheiro família segue em tramitação

O projeto de lei 151/2021 segue em tramitação na Câmara Municipal. O parecer contrário da Comissão de Legislação, Justiça e Redação foi derrubado pela maioria dos vereadores. Os parlamentares entenderam que ajustes poderão ser realizados para que a matéria, de grande relevância, volte ao plenário para ser votada.

O objetivo do projeto é regulamentar a utilização dos “banheiros família” em shopping centers, restaurantes, hipermercados, aeroportos e demais locais onde se encontrem instalados, tornando obrigatória a inserção do símbolo mundial do autismo na entrada dos banheiros família para uso de pessoas com transtorno do espectro autista, independentemente da idade.

A proposta do banheiro família é de incluir crianças, mas também pessoas com deficiência intelectual e autismo. Para efeitos práticos, a lei institui a carteirinha que identifique pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

O documento deverá ser expedido pela Prefeitura, podendo ser digital, sem causar despesa ao município. O projeto defende que a carteirinha deve assegurar que as pessoas tenham seu direito de uso da estrutura garantido.



Foto: Freepik

# Lei do “Meu primeiro emprego” incentiva contratação de iniciantes no mercado de trabalho

A conquista do primeiro emprego para o jovem é muito importante, mas para alcançar esse objetivo enfrenta algumas dificuldades, como a falta de experiência. Pensando nessa realidade, os vereadores formularam a lei (5.088/2022), para incentivar a qualificação dessas pessoas e facilitar a entrada no mercado de trabalho.

A legislação “Meu primeiro emprego” estabelece alguns benefícios para as empresas, que em troca devem absorver força de trabalho de iniciantes em um percentual mínimo.

A lei fixa que empresas terceirizadas e permissionárias de serviços públicos, que prestem serviços a órgãos do município ou ainda que forem contempladas por qualquer benefício ou isenção fiscal devem reservar vagas de trabalho ao primeiro emprego nos moldes: com 6 a 20 funcionários devem dispor de 10% das vagas; empresas com 21 ou mais colaboradores - 15% e empresas com até 5 contratados estão isentas.

A lei estabelece que a prefeitura deve criar políticas públicas parta o incentivo a que se refere a lei por meio de benefícios às empresas que aderirem ao programa.

Stephani Ortega, que trabalha como operadora de cobranças, conta como foi sua primeira experiência de emprego e as conquistas que já



Foto: Christian Rizzi

obteve: “eu consigo fazer minhas próprias coisas, paguei auto-escola, estou conseguindo pagar carro, então foi muito legal, porque sendo CLT consegui ter mais oportunidades”.

A falta de experiência é um obstáculo para quem está no início da vida de trabalho: “as empresas pedem três meses de experiência ou se já trabalhei em algum lugar, me perguntam sobre a experiência, falam que vão me chamar e nunca chamam”, contou o estagiário Henrique Silva.

# Atividade comunitária: Cidade Nova Informa ganha declaração de utilidade pública

Em reconhecimento aos 11 anos de atividade comunitária na região do Cidade Nova, a Câmara aprovou o projeto de lei 70/2022, que declara de Utilidade Pública a “Cidade Nova Informa - CNI”.

De acordo com Elza Mendes, do projeto Cidade Nova Informa, “a instituição precisa desse documento para dar prosseguimento às atividades, especialmente para construir um novo módulo, em que já há recursos previstos que foram captados, mas é necessário ter o documento de utilidade pública”.

Ainda segundo ela, eles contam com diversas atividades como: Slam – Batalha de poesia, cursos de capacitação e geração de renda para a comunidade.

O projeto leva cultura, informação, educação e prevenção a vulnerabilidades sociais, elaborando materiais informativos. Além disso, muitos jovens passaram pelo cursinho popular e receberam auxílio nos estudos como forma de preparação para o vestibular e Enem.



Foto: Christian Rizzi

# Emenda impositiva destinada pela Câmara transforma realidade de crianças atendidas pela ADIFI

A cada orçamento do município que os vereadores discutem, analisam e votam, eles têm em mãos uma importante ferramenta para ajudar áreas prioritárias e instituições que desenvolvem trabalho social relevante no município e precisam de reforço financeiro para executar as atividades.

Essa ferramenta é o orçamento impositivo, que por meio dele os parlamentares podem destinar emendas e o município tem a obrigação de cumprir. Quando o recurso é destinado, os benefícios podem ser vistos e acompanhados por todos. Esse é o caso de uma emenda impositiva que auxiliou o trabalho da Associação de Diabéticos de Foz do Iguaçu, a ADIFI.

Uma emenda impositiva elaborada em 2021 e destinada neste ano de 2022 permitiu avanços importantes para a instituição e vem transformando a realidade de muitas pessoas atendidas pela entidade. O recurso financeiro permitiu que a ADIFI comprasse um aparelho mais moderno, menos invasivo e que não causa dor, para medir a glicose em crianças. Na ADIFI, 35 crianças já estão fazendo uso do sensor, que precisa ser trocado a cada 14 dias. A emenda 225 de 2021, destinou R\$ 285.517,89 para a instituição. A presidente da instituição, Terezinha Pinezi, enfatizou que “depois das emendas tivemos um diferencial na Adifi. Essa tecnologia veio para ajudar principalmente os pais que ficam na aflição de como está a glicemia das crianças”.



## Como funciona o Orçamento impositivo

Vereadores podem propor emendas ao orçamento do município e sugerir a destinação de verbas para diferentes áreas, a fim de promover melhorias em setores como saúde, esporte e educação. Esses recursos compõem o que se chama de Orçamento Impositivo.

O Poder Legislativo tem direito a emendas individuais e coletivas, considerando que metade do percentual deve ser enviado para área da saúde. Isso está previsto sempre na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em 2021, os vereadores tiveram o direito de remanejar 1.2% da receita corrente líquida prevista para este ano de 2022, dividida entre os 15 parlamentares. Cada um deles pode então transferir R\$ 895.035,19 do orçamento para 2022.

# Criação de polo gastronômico e cultural da Vila Yolanda está sob análise das comissões

A Vila Yolanda, região conhecida em Foz do Iguaçu pelo apelo turístico-devido ao corredor da Avenida das Cataratas, que liga o centro da cidade até o Parque Nacional do Iguaçu. Agora, tramita na Câmara de Foz uma proposta de criar o Polo Gastronômico e cultural da Vila Yolanda. O projeto de lei 42/2022 aguarda parecer das comissões.

A proposta, além de criar o polo gastronômico, tem por objetivo incentivar empreendimentos que visem a preservação histórica e cultural, valorização de bens patrimoniais e arquitetura e de animação turística, de convívio social, de entretenimento e de lazer do bairro. A prefeitura deve incentivar a promoção e ordenamento do local, mediante apoio de órgãos públicos e privados, com vistas a preservar o patrimônio arquitetônico; inovação e economia criativa; sinalização indicativa do polo; manifestações culturais; animação turística; iluminação pública, dentre outros aspectos.

A história da região remonta ao final dos anos 50, quando Tarquínio Joslin Santos, pai do ex-prefeito Osires Santos, comprou uma fazenda e neste período loteou a propriedade e em homenagem à filha, colocou o nome, surgindo então a "Vila Yolanda".

Segundo dados trazidos pelo projeto, cerca de 20 empreendedores atuam ali, mantendo restaurantes e lanchonetes de diferentes especialidades, cervejarias, pubs, galerias de arte, restaurante vegetariano e confeitaria. "Nossa atividade foi estabelecida aqui no bairro há mais de 15 anos e sabemos que esse projeto trará muitos benefícios para o bairro, principalmente desenvolvimento", disse a empresária Sidy



Foto: Christian Rizzi

Perazzoli.

Larissados Santos, gerente de restaurante, afirmou: "Acredito que esse projeto seja para a população reconhecer e os empresários serem reconhecidos também e fomentar o turismo de forma geral na cidade, focando na nossa querida Vila Yolanda".

## Evento sobre Censo de 2022 reúne autoridades na Câmara de Foz

A Câmara de Foz foi palco da reunião de planejamento de acompanhamento do Censo demográfico de 2022, que começou no dia 1º de agosto. O encontro reuniu autoridades locais: representantes da defesa civil, Bombeiros, secretários municipais e vereadores.

"Estamos fazendo lançamento oficial do censo em Foz: projeções, o que esperamos encontrar na cidade, qual tamanho da nossa equipe, os procedimentos de segurança para as pessoas não terem dificuldades de responder aos nossos recenseadores", disse a chefe do IBGE de Foz, Bruna Nunes Vieira.

O censo é um retrato detalhado da realidade brasileira. Todos os dados computados, analisados e gerados pela pesquisa contribuem para formulação de políticas públicas, tomadas de decisão e investimentos, tanto do poder público, quanto da iniciativa privada para a próxima década. O último censo realizado no país é de 2010.



Foto: Christian Rizzi

# LDO: Câmara aprova metas e diretrizes para construção do orçamento para 2023

As metas e diretrizes para construção do orçamento do município para 2023 foram aprovadas em sessão extraordinária da Câmara de Foz. Isso está consolidado no projeto da LDO 86/2022, encaminhado pelo Poder Executivo e analisado pela Comissão Mista da Câmara. Com a aprovação em dois turnos, a matéria seguirá para sanção do Poder Executivo.

A matéria inclusive passou por audiência pública no Legislativo em 22 de junho deste ano, quando a preocupação com a queda de receita do município foi exposta, considerando teto do ICMS em 17% aprovado em junho deste ano no Congresso Nacional que deve impactar as receitas dos municípios. Outro apontamento relevante trazido durante a audiência foi de que a partir de 2020 houve um período de estagnação das receitas, a exemplo do ISSQN que foi a receita mais afetada pela crise econômica causada pela pandemia da covid-19, uma vez que um terço dela é vinculada aos serviços de turismo. Agora, com retorno do fluxo de turistas na cidade, a receita tem mostrado tendência de recuperação.

No escopo do projeto, alguns apontamentos como recuperação da receita própria do município (tributária) em 2021, se comparada à queda brusca



que havia acontecido em 2020. Para 2022 e 2023 a projeção é de crescimento acima da inflação do período. Com relação ao IPTU que, segundo o Executivo, vinha em um crescimento forte, devido a novos loteamentos e condomínios em 2021 foram recuperados os valores que deixaram de ser arrecadados em 2020.

## Vereadores aprovaram referências salariais aos profissionais da educação básica municipal

Os vereadores aprovaram em sessão extraordinária um projeto de lei que acresce duas referências aos cargos constantes da Lei nº 4.362/2015, dos vencimentos básicos dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino do Município.

Segundo o Executivo, a proposição está amparada em consenso com a categoria conforme ajustado em reunião de negociação e considerando a necessidade de políticas públicas constantes de valorização dos profissionais da educação como forma de elevar a qualidade do ensino. A matéria destaca que o novo Fundeb ampliou os recursos recebidos pelo município exclusivamente para área da educação.

O projeto fixa a possibilidade de progressão de carreira da seguinte forma: uma referência a partir de 1º de julho de 2022 e outra referência com efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2022. A votação foi acompanhada por representantes do sindicato dos professores do município - Sinprefi.

Agentes políticos



Também foi aprovado na mesma sessão um projeto de lei 112/2022 que trata da complementação da reposição das perdas inflacionárias dos subsídios dos Agentes Políticos, no percentual de 1,71%. O projeto de lei foi aprovado em dois turnos e segue para sanção do Poder Executivo.

## Projeto incentiva mulheres vítimas de violência a ingressarem em cargos públicos

Começou a tramitar na Casa de Leis o projeto 103/2022 que incentiva mulheres vítimas de violência doméstica e familiar a ingressarem em cargos públicos. A proposição estabelece a isenção das inscrições em concursos na Administração Pública Direta e Indireta, Autarquias e no Poder Legislativo local.

A justificativa da matéria relata que em muitos casos a vítima possui uma dependência financeira do agressor, e com isso não consegue se desligar deste vínculo perigoso

Para ter direito a isenção, as mulheres precisam apresentar documentos que comprovem: a existência de ação penal enquadrando o agressor nos termos da Lei Maria da Penha; a instauração de inquérito policial contra o agressor e relatório de atendimento de uma assistente social dentro da rede de proteção e defesa dos direitos da mulher no município.



Foto: Freepik

## Câmara apoia pedido do Comus para redução do tempo de espera das cirurgias bariátricas

Representantes do Conselho Municipal de Saúde (Comus) estiveram na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. A visita teve como objetivo a solicitação de apoio dos vereadores para solucionar o tempo de espera da realização de cirurgias bariátricas no município.

O vice-presidente Khalid Omairi pontuou que “atualmente a fila para cirurgias bariátricas está em 381 pessoas, sendo que destas 80 estão prontas para a operação”.

Ainda segundo ele, “a fila não anda no município há três anos”. Outro aspecto levantado na reunião é de que quanto mais tempo essas pessoas aguardam a

cirurgia, outros problemas decorrentes da situação de saúde acabam fazendo com que elas precisem de atendimento mais recorrente, vislumbrando então que a realização da cirurgia bariátrica é uma questão de saúde pública.

Entre outras reivindicações dos conselhos: aumento de vagas, credenciamento de Foz para realização das cirurgias e também a possibilidade de suplementar os recursos para realização das operações por meio de emenda impositiva da Câmara de Foz.

O documento será enviado para a Comissão de Saúde da Casa de Leis, que tratará o assunto com a secretaria de Saúde.

## Jogos inter-atléticas da fronteira farão parte do calendário oficial do município

Uma forma de incentivo ao esporte e também ao trabalho social, institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Foz do Iguaçu o evento denominado Jogos Inter Atléticas da Fronteira (JOIA Fronteira), que deverá ser realizado no segundo semestre, até o dia 30 de novembro, em quatro dias de duração.

O projeto de lei 183/2021 reconhece também a importância econômica do evento para o município, uma vez que congrega 12 atléticas, aglutinando cerca de 4.500 pessoas e acaba sendo gerador de renda.

De acordo com a proposta, além de atividades esportivas, os jogos realizam ações educacionais e sociais, tais como: arrecadação de alimentos e agasalhos; doação de sangue, dentre outras ações. Segundo a matéria, o município deve participar do evento a partir da cessão de espaços públicos.



Foto: Reprodução - facebook oficial JOIA

# Emendas da Câmara garantem compra de veículos para o CAPS II e Infantil

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II e CAPS Infantil) receberam dois veículos novos, com recursos de emendas impositivas destinadas pela Câmara de vereadores. Os centros oferecem atendimento interdisciplinar, composto por equipe multiprofissional, que reúne médicos, Assistentes Sociais, Psicólogos, Psiquiatras, entre outros especialistas. Considerando os dois equipamentos, são mais de 2 mil pacientes atendidos.

Para o CAPS Infantil, foi destinado R\$ 118.000,00, através da emenda 201/2021, abrangendo a compra do veículo e manutenção do equipamento público.

Segundo a prefeitura, cerca de 300 crianças e adolescentes até os 17 anos são atendidas mensalmente pelas equipes multiprofissionais. “Ter o carro aqui pra gente valoriza e facilita muito nosso trabalho, para termos contato com as crianças e adolescentes que estão nessa condição”, Camila de Souza, Coordenadora do Caps Infantil.

Para o CAPS II, foi destinado R\$ 85.000,00, através da emenda 136/2021, sendo que deste valor R\$ 70 mil para a compra do carro e o restante foi utilizado para outras demandas da instituição, a fim de melhorar as condições de trabalho para prestação dos serviços na



Foto: Christian Rizzi

unidade. O Centro de Atenção Psicossocial II é um serviço voltado para o atendimento de pessoas com transtornos mentais severos e persistentes e seus familiares. “Vamos usar para visitas domiciliares, busca ativa, medicação injetável nas residências, para reuniões, vai ser muito usado o carro”, disse Carla Tiba, Coordenadora Caps II.

# Projeto para ampliar proteção às crianças e adolescentes tramita na Câmara de Foz

Está em tramitação na Casa de Leis o projeto de lei (98/2022), com objetivo de tornar o mês de maio (Maio Laranja) referência no município para atividades de orientação, prevenção e combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

A proposição estabelece que durante esse período o Poder Executivo promova essas ações em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Rede Proteger e toda a sociedade civil organizada.

Além disso, o projeto destaca que em 18 de maio já existe uma campanha nacional de combate a esses crimes. A proposição, então, pretende ampliar o debate para todo mês de maio.

A justificativa do projeto sustenta que a violência contra crianças e adolescentes é tema de saúde pública e tem graves consequências para os que sofrem.

Ainda segundo a matéria, o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde de 2011 a 2017 dá conta de 184.524 casos notificados de violência sexual, sendo 31,5% contra crianças e 45% contra adolescentes.

De acordo com o projeto, cidades como Curitiba, Rio de Janeiro e em municípios do Pará e Mato Grosso já foram sancionadas leis semelhantes.



# Diálogo entre Câmara e Prefeitura deve viabilizar projeto de revitalização do Parque Remador

Uma parceria entre Câmara e Prefeitura pretende tornar o Parque do Remador um atrativo turístico. Recurso na ordem de R\$ 1 milhão já foi assegurado através de emenda de um deputado federal. O encontro reuniu além de vereadores e prefeito, secretários municipais.

O Parque Omar de Oliveira, Parque Remador, foi inaugurado em 2004 e possui 34 mil metros quadrados, contemplando estruturas esportivas como pista de skate, pista de caminhada e academia a céu aberto.

O comerciante Romarino Veiga destacou a relevância da “interação dos vereadores, prefeitura e comunidade que parecem alavancar o debate a fim de termos um espaço coletivo bonito, com coisas boas para as famílias. A gente aguarda o melhor para nossa comunidade”, finalizou.

O prefeito Chico Brasileiro (PSD) pontuou “que estão trabalhando no sentido de ouvir a população para que possamos construir um projeto partilhado com as pessoas”.

As obras estruturantes que estão sendo realizadas na região Sul de Foz, tais como a segunda Ponte Interligando Brasil- Paraguai e a Perimetral Leste, que deve desafogar o trânsito de caminhões no centro da cidade, fazendo todo o fluxo de exportação e importação se interligar diretamente com a BR 277. Isso deve impactar no movimento do bairro, e na população local, o que demanda ainda mais estruturação dos equipamentos públicos para atender a comunidade do Porto Meira.



Foto: Christian Rizzi

## Câmara de Foz aprova enquadramento e ascensão dos Guardas Municipais de 1ª classe

O Projeto de lei que trata do enquadramento dos Guardas Municipais de primeira classe foi aprovado por unanimidade na Câmara. A matéria, que atende uma demanda antiga dos profissionais foi sancionada pelo prefeito.

A proposta cria níveis I, II, III para os Guardas de primeira classe e permite a ascensão profissional. Essa é uma reivindicação antiga da corporação, no sentido de valorizar os integrantes da categoria, sendo também um estímulo à capacitação do servidor.

De acordo com projeto enviado pelo Executivo, é nessa classe que está a grande maioria dos GMs (119 servidores) e a ascensão à subinspetor, inspetor e inspetor de área dependem de disponibilidade de vagas no quadro.

As exigências a que se refere a lei para fazer jus ao reenquadramento são: cumprimento do interstício mínimo de 12 meses de efetivo exercício no cargo, entre um nível e outro; e comprovação da realização de cursos de aperfeiçoamento e capacitação relacionados com a área de atuação do cargo, conforme Matriz Curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP - Ministério da Justiça ou outro órgão que vier a substituí-la, com a carga horária mínima de 60 horas/aulas, no interstício mencionado no inciso I deste parágrafo.

A matéria fixa que perderá o direito ao enquadramento no nível pretendido o servidor que, durante o período de interstício de 12 meses mencionado tenha: 1 ou mais faltas injustificadas; usufruído de licença para tratar de assuntos particulares, com base no art. 157 da Lei Complementar no 17, de 30 de agosto de 1993; apresentado atestados médicos que somados ultrapassem a 90 dias e/ou licença para tratamento de saúde superior a 180 dias, ressalvado o afastamento por acidente de trabalho ou doença ocupacional; sofrido pena de advertência, suspensão, destituição de cargo em comissão ou confiança mediante processo administrativo.



Foto: Christian Rizzi